

CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 1

REUNIÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO - 1 posto de trabalho da carreira/ categoria de ASSISTENTE OPERACIONAL (motorista de pesados de passageiros - transporte coletivo de crianças) para a Divisão de Educação

No dia dezoito de novembro de dois mil e vinte e cinco reuniu, no Edifício dos Paços do Município da Lourinhã, o júri do procedimento concursal em epígrafe, designado por despacho do Presidente da Câmara de 05/11/2025, e constituído por:
Vogais: Ana Cristina Salgado dos Reis Gomes, responsável pela Coordenação de Recursos Humanos e Formação;
Definida a agenda de trabalho abaixo enunciada, e estando todos os elementos do júri presentes, deu-se início à reunião:
Ponto 1 – Perfil de competências do posto de trabalho;
Ponto 2 – Objetivo, definição dos critérios de valoração, programa, e ponderação da prova de conhecimentos;
Ponto 3 – Objetivo e resultado da avaliação psicológica;
Ponto 4 – Objetivo, definição dos critérios de apreciação, respetiva valoração, e definição da ponderação da avaliação
curricular;
Ponto 5 – Objetivo, valoração e definição da ponderação da entrevista de avaliação de competências;
Ponto 6 – Sistema de classificação e ordenação final;
Ponto 7 – Abertura do procedimento;
Ponto 8 – Disposições finais
Assim, e relativamente a cada um dos pontos, o júri deliberou:
Ponto 1 – Perfil de competências do posto de trabalho
A descrição e perfil do posto de trabalho, aprovado no mapa de pessoal para 2025, é a seguinte:
"Assegurar o transporte coletivo de crianças e adultos, preenchimento semanal da ficha de verificação e manutenção da
viatura, preencher adequadamente o formulário de avaliação da viagem, cumprir os tempos de condução e repouso durante a
realização de um serviço de transporte e preencher adequadamente o disco de tacógrafo, tomar as providências necessárias
com vista à reparação do veículo, em caso de avaria ou acidente e assegurar o bom estado de funcionamento e limpeza do
veículo."
Competências essenciais para o exercício das funções:
1. Inteligência Emocional: Gerir as emoções, mostrar empatia e sensibilidade às emoções dos outros e tomar decisões
equilibradas e refletidas
Traduz-se nos seguintes comportamentos:
• Mantém um desempenho estável mesmo em ambientes de pressão e face a críticas e contrariedades



	• Demonstra preocupação com o bem-estar dos outros
	• Toma decisões ponderadas e que respondem adequadamente às exigências do relacionamento interpessoal e da
	segurança de pessoas e bens
2.	Orientação para a Inclusão: Demonstrar compromisso com a promoção da diversidade e inclusão, contribuir para
	ambientes onde todas as pessoas se sintam valorizadas, respeitadas e capazes de contribuir, independentemente
	das suas características, fomentando a interação positiva e identificando oportunidades de melhoria para a promoção
	de ambientes mais inclusivos e positivos
	Traduz-se nos seguintes comportamentos:
	• Trata todas as pessoas com respeito e consideração independentemente da sua origem étnica, género, orientação
	sexual ou outras características pessoais
	• Mostra interesse, abertura e respeito pelas ideias e pontos de vista diferentes dos seus
	• Adota procedimentos que asseguram a prestação de serviços públicos acessíveis, em ambientes físicos e/ou
	digitais
3.	Orientação para o Serviço Público: Atuar de acordo com os valores e princípios éticos, revelando compromisso com a
	missão do serviço público e contribuindo, pelo seu exemplo e conduta pessoal, para incrementar a confiança e
	reforçar a imagem de uma Administração Pública (AP) ao serviço do interesse coletivo
	Traduz-se nos seguintes comportamentos:
	• Atua em conformidade com os princípios éticos da AP e com as normas e procedimentos definidos para o exercício
	da sua atividade
	• Atua de forma alinhada com o interesse público, sinalizando situações de não conformidade
	• Mostra-se atento e respeitador do outro no exercício da sua atividade, garantindo o interesse público
4.	Orientação para os Resultados: Focar a ação em objetivos que acrescentam valor para a sociedade e para o cidadão,
	otimizando a utilização dos recursos, garantindo elevados padrões de qualidade e, no seu todo, a sustentabilidade da
	atividade da Administração Pública
	Traduz-se, nomeadamente, nos seguintes comportamentos:
	• Atua centrado/a nos objetivos definidos para alcançar resultados
	• Utiliza os recursos de trabalho disponíveis de forma sustentável
	• Identifica e cumpre os padrões de qualidade estabelecidos, tendo em vista os resultados a alcançar
Ponto 2	2 – Objetivo, definição dos critérios de valoração, programa, e ponderação da prova de conhecimentos
2.1 Ob	jetivo – Avaliar os conhecimentos académicos e/ou profissionais e as competências técnicas dos candidatos
necessá	ários ao exercício da função a desempenhar. As competências técnicas traduzem-se na capacidade para aplicar os
conheci	mentos a situações concretas e à resolução de problemas, no âmbito da atividade profissional



2.2 Conteúdo e	duração – A pr	ova de conhecimentos, de natureza prática e realização individual, terá a duração de cerca d		
60 minutos e co	onsistirá em: ide	ntificação das verificações que antecedem o início do serviço; condução urbana e não urbana		
incluindo manol	bras. Para realiz	zação da prova prática, os candidatos serão informados no Aviso de Abertura do procediment		
concursal quanto à obrigatoriedade da posse de Cartão do Condutor válido				
		a prova de conhecimentos – A prova prática de conhecimentos será avaliada de acordo com o		
seguintes parân	netros:			
Perceção	o e compreensã	o da tarefa – coeficiente de ponderação 2		
Qualidad	e de realização	- coeficiente de ponderação 3		
Celeridad	de na execução	- coeficiente de ponderação 2		
Grau de	conhecimentos	técnicos demonstrados – coeficiente de ponderação 3		
A valoração des	sta prova traduz	ir-se-á numa escala de 0 a 20 valores, até às centésimas, e resultará da aplicação da seguint		
fórmula:				
	CF = (2	2 PCT + 3 QR + 2 CE + 3 GCT) / 10		
CF	=			
PCT	=	Perceção e compreensão da tarefa		
QR	=	Qualidade de realização		
CE	=	Celeridade na execução		
GCT	=	Grau de conhecimentos técnicos		
2,3,2,3	s, =	Coeficientes de ponderação		
Perceção e com	npreensão da ta			
Muito 6	elevada	18 a 20 valores		
Elevad	la	15 a 17 valores		
Média		10 a 14 valores		
Inferior	r à média	0 a 9 valores		
Qualidade de re	alização:			
Muito E	Elevada	18 a 20 valores		
Elevad	la	15 a 17 valores		
Média		10 a 14 valores		
Inferior		0 a 9 valores		
Celeridade na e	execução:			
Conclu	ısão da prova aı	ntes do tempo estipulado 18 a 20 valores		
Conclu	isão da prova no	tempo estipulado 15 a 17 valores		



	Conc	lusão da prova	depois do tempo estipulado 10 a 14 valores
	Não d	conclusão da p	rova 0 a 9 valores
Grau o	le conhe	ecimentos técni	cos demonstrados:
	Muito	Elevado	18 a 20 valores
	Eleva	ado	15 a 17 valores
	Médio	0	10 a 14 valores
	Inferio	or à média	0 a 9 valores
2.4 A _I	oondera	ção da prova p	rática de conhecimentos na fórmula de classificação final será de 70%
Ponto	3 – Obj	jetivo e resultad	lo da avaliação psicológica
3.1 Ok	ojetivo –	Avaliar, aptidô	es, características de personalidade e/ou competências comportamentais dos candidatos, tendo
como	referênc	ia o perfil de co	empetências previamente definido, podendo comportar uma ou mais fases
3.2 Re	sultado	 A avaliação 	psicológica será avaliada através das menções de Apto e Não Apto. É excluído do procedimento
concu	rsal o ca	ındidato, que te	nha obtido um resultado de Não Apto
Ponto		ietivo, definição	dos critérios de apreciação, respetiva valoração, e definição da ponderação da avaliação
4.1 OI	ojetivo -	- Analisar a q	ualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso
profiss	ional, r	elevância da	experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de
desem	penho d	obtida, com bas	e no respetivo Curriculum Vitae e documentos comprovativos
4.2 Cr	itérios d	e apreciação e	ponderação – Na avaliação curricular serão ponderados os seguintes fatores: habilitação literária
(HA), 1	formaçã	o profissional (FP), experiência profissional (EP) e avaliação de desempenho (AD), esta última correspondente
aos úl	timos 3	anos de exerc	cício de funções idênticas às do posto de trabalho a ocupar. A classificação final da avaliação
curricu	ılar será	expressa de (o a 20 valores, com valoração até às centésimas, resultante da média aritmética ponderada das
classif	icações	dos elementos	a considerar de acordo com a seguinte fórmula:
		AC = (H	IA + FP + 2EP + AD) / 5
Em qu	e:		
AC	=	Avaliação C	Curricular
НА	=	Habilitaçõe	s Literárias
FP	=	Formação F	Profissional
EP	=	Experiência	Profissional
AD	=	Avaliação d	e Desempenho



As regras a observar na valoração dos diversos fatores da avaliação curricular são:
4.2.1 Habilitações Literárias – são consideradas cumulativamente, até totalizarem um máximo de 20 valores:
a) Escolaridade obrigatória – 14 valores;
b) Acresce por cada nível de escolaridade completo, para além da escolaridade obrigatória – 2 valores
Fórmula de classificação deste parâmetro: HA = a) + b)
As habilitações literárias não poderão ser substituídas por formação ou experiência profissional relevante
4.2.2 Formação Profissional – considera-se o número de horas das ações de formação e seminários frequentados, na área para que o procedimento concursal é aberto, nos últimos cinco anos, devidamente comprovadas através de documentos
comprovativos, com indicação das entidades promotoras, datas de início e fim, respetivos períodos duração, até ao máximo de
20 valores, da seguinte forma:
Maior ou igual a 101h – 20 valores;
De 51h a 100h – 16 valores;
De 31h a 50h – 15 valores;
De 1h a 30h – 12 valores;
Sem ações de formação – 8 valores
Sempre que o documento comprovativo não determine em concreto a carga horária, será considerado:
3h30m – meio dia de frequência de ação de formação;
7 horas – dia completo de frequência de ação de formação;
35 horas – semana completa de frequência de ação de formação
4.2.3 Experiência profissional – avalia-se a atividade profissional desenvolvida <u>na área do posto de trabalho a ocupar</u>
independentemente da natureza do vínculo laboral à entidade empregadora, exceto estágios curriculares e voluntariado. A
soma da avaliação da experiência profissional não poderá exceder 20 valores:
Sem experiência – 8 valores;
Experiência até 2 anos e <u>11 meses</u> – 10 valores;
Experiência de 3 anos a 5 e 11 meses - 12 valores;
Experiência de 6 anos a 7 e 11 meses - 14 valores;
Experiência de 8 anos a 9 e 11 meses - 16 valores;
Experiência superior a 12 anos - 20 valores
Para feitos de valoração da experiência profissional, são considerados apenas os meses de experiência completos.



,	res; Bom - 12 valores; Necessita de	Doconvolvimente 9 veleree: Incufi	sianta 6 valoros:		
_		o Regulamentar n.º 19-A/2004, de	14/05: Excelente - 20 va		
	,				
Aval	iação do Desempenho na Administra	ação Pública (SIADAP), de acordo co	om os seguintes critérios e	formula:	
	-A valoração da AD considerará a n	nenção quantitativa da avaliação de	desempenho, nos termos	do Sistema Integrado	e
cand	didato cumpriu ou executou atribuiçã	o, competência ou atividade idêntica	s às do posto de trabalho a	ocupar	
	1 / Wallagao ao Boodhipolilio Gold	a considerada a avaliação de deser	npenno relativa aos ultimo	s dois ciclos em que	0

Lei n.º 66-B/2007, de 28/12, anterior às alterações do DL n.º 12/2024, de 10/01	Lei n.º 66-B/2007, de 28/12, com alterações de DL n.º 12/2024, de 10/01	Pontuação Obtida	Classificação
Inadequado	Inadequado	1,000 – 1,999	0 valores
Adequado		2,000 – 2,499	10 valores
	Regular	2,500 – 2,999	11 valores
		3,000 – 3,499	13 valores
	Bom	3,500 – 3,999	15 valores
		4,000 – 4,499	16 valores
Relevante	Muito Bom	4,500 – 4,999	18 valores
		5,000	19 valores
Desempenh	no Excelente	5,000	20 valores

e) Caso se verifique a inexistência de avaliação, devidamente fundamentada, ou avaliação de acordo com outro diploma legal erão atribuídos 10 valores
Para efeitos de Avaliação Curricular, os candidatos deverão juntar ao requerimento de admissão ao procedimento
concursal, ou ao Curriculum Vitae, os documentos comprovativos das habilitações académicas, experiência profissional
ormação profissional e declaração atualizada emitida pelo serviço a que o candidato pertence, no caso de trabalhadores con
révia relação jurídica de emprego público, da qual constem:
– A modalidade de relação jurídica de emprego público detida;
- A carreira e categoria em que se encontra inserido;



 A remuneração auferida (posição e nível remuneratórios);
O tempo de serviço na carreira e na categoria para a qual o procedimento concursal é aberto;
 A caracterização do posto de trabalho que ocupa, ou ocupou por último, no caso dos trabalhadores em situação de
alorização profissional, com identificação das atividades desempenhadas;
 As menções quantitativas e qualitativas da avaliação do desempenho dos dois últimos ciclos avaliativos em exercício de
unções inerentes ao posto de trabalho a ocupar, ou declaração de que o candidato não foi avaliado nesse período, com
espetiva fundamentação
A não junção de documentos comprovativos dos elementos constantes do <i>Curriculum Vitae</i> implica que não sejam
onsiderados para efeitos de Avaliação Curricular
.3 A ponderação da Avaliação Curricular na fórmula de classificação final será de 70%
Ponto 5 – Objetivo, valoração e definição da ponderação da entrevista de avaliação de competências
.1 Objetivo – Visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente
elacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função, e baseia-se num guião de entrevista
omposto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências previamente definido
ssociado a uma grelha de avaliação individual, que traduz o nível de demonstração dos comportamentos em análise. Estes
ocumentos constarão da ata referente à aplicação do método
A Entrevista de Avaliação de Competências terá a duração máxima de 45 minutos
i.2 Valoração – A entrevista de avaliação de competências será valorada numa escala de 0 a 20 valores, até às centésimas, e
esultará da aplicação da valoração máxima de 5 valores por competência, num total de 4 abaixo indicadas conforme Portaria
.º 236/2024/1, de 27/09, em que cada comportamento é valorado da seguinte forma:
valores – Comportamento demonstrado que supera o nível médio;
valores – Comportamento demonstrado a nível médio;
valor – Comportamento demonstrado a nível insuficiente
Valoração de cada competência = (Comportamento 1 + Comportamento 2 + Comportamento 3) / 3
EAC = (Competência 1 + Competência 2 + Competência 3 + Competência 4) / 4
EAC – Entrevista de Avaliação de Competências;
C1, C2, C3 e C4 – Competências
s competências a avaliar serão as seguintes:
1. Inteligência Emocional: Gerir as emoções, mostrar empatia e sensibilidade às emoções dos outros e tomar decisões
equilibradas e refletidas



CÂMARA MUNICIPAL

	Traduz-se nos seguintes comportamentos:
	• Mantém um desempenho estável mesmo em ambientes de pressão e face a críticas e contrariedades
	• Demonstra preocupação com o bem-estar dos outros
	• Toma decisões ponderadas e que respondem adequadamente às exigências do relacionamento interpessoal e da
	segurança de pessoas e bens
2.	Orientação para a Inclusão: Demonstrar compromisso com a promoção da diversidade e inclusão, contribuir para
	ambientes onde todas as pessoas se sintam valorizadas, respeitadas e capazes de contribuir, independentemente
	das suas características, fomentando a interação positiva e identificando oportunidades de melhoria para a promoção
	de ambientes mais inclusivos e positivos
	Traduz-se nos seguintes comportamentos:
	• Trata todas as pessoas com respeito e consideração independentemente da sua origem étnica, género, orientação
	sexual ou outras características pessoais
	• Mostra interesse, abertura e respeito pelas ideias e pontos de vista diferentes dos seus
	• Adota procedimentos que asseguram a prestação de serviços públicos acessíveis, em ambientes físicos e/ou
	digitais
3.	Orientação para o Serviço Público: Atuar de acordo com os valores e princípios éticos, revelando compromisso com a
	missão do serviço público e contribuindo, pelo seu exemplo e conduta pessoal, para incrementar a confiança e
	reforçar a imagem de uma Administração Pública (AP) ao serviço do interesse coletivo
	Traduz-se nos seguintes comportamentos:
	• Atua em conformidade com os princípios éticos da AP e com as normas e procedimentos definidos para o exercício
	da sua atividade
	• Atua de forma alinhada com o interesse público, sinalizando situações de não conformidade
	• Mostra-se atento e respeitador do outro no exercício da sua atividade, garantindo o interesse público
4.	Orientação para os Resultados: Focar a ação em objetivos que acrescentam valor para a sociedade e para o cidadão,
	otimizando a utilização dos recursos, garantindo elevados padrões de qualidade e, no seu todo, a sustentabilidade da
	atividade da Administração Pública
	Traduz-se, nomeadamente, nos seguintes comportamentos:
	• Atua centrado/a nos objetivos definidos para alcançar resultados
	• Utiliza os recursos de trabalho disponíveis de forma sustentável
	• Identifica e cumpre os padrões de qualidade estabelecidos, tendo em vista os resultados a alcançar
5.3 Por	nderação – A ponderação deste método, na fórmula final, será de 30%

Ponto 6 – Sistema de classificação e ordenação final



Na ordenação final será adotada a escala de 0 a 20 valores, até às centésimas, considerando-se excluídos os candidatos que obtenham valoração inferior a 9,50 valores ou não compareçam para a sua realização ou que tenham obtido um resultado de Não Apto numa das fases de método de seleção, não lhes sendo aplicado o método seguinte
6.1 A ordenação final (OF) resultará da aplicação das seguintes fórmulas:
a) OF = (70% x PC) + (30% x EAC)
Sendo que:
OF – ordenação final;
PC – prova de conhecimentos
EAC – entrevista de avaliação de competências
Ou
b) OF = (70% x AC) + (30 % x EAC), para os candidatos que reúnam as condições referidas no art.º 36.º da Lei Geral do
Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20/06, na sua redação atual, caso não tenham exercido a opção pelos métodos anteriores no formulário de candidatura
Sendo que:
OF – ordenação final;
AC – avaliação curricular;
EAC – entrevista de avaliação de competências
6.2 Em caso de empate, a ordenação final obedecerá ao disposto no art.º 24.º da Portaria nº Portaria n.º 233/2022, de 09/09, na sua redação atual. Subsistindo o empate, o desempate far-se-á:
a) Para candidatos a quem for aplicada a Avaliação Curricular – observância da valoração obtida no parâmetro da "Experiência
Profissional", seguindo-se, sendo necessário, o candidato com melhor valoração no parâmetro "Formação Profissional", e
subsistindo o empate observar-se-á a valoração atribuída na competência Orientação para a Inclusão;
b) Para candidatos a quem for aplicada a Prova escrita de Conhecimentos - valoração obtida na parte referente aos
conhecimentos específicos, seguindo-se, sendo necessário, o candidato com melhor valoração na parte dos conhecimentos
gerais;
c) Subsistindo ainda assim o empate, o desempate far-se-á pela valoração atribuída à competências Orientação para a
Inclusão, do método Entrevista de Avaliação de Competências.
Ponto 7 – Abertura do procedimento



Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 11.º da portaria supracitada, a abertura do procedimento será feita por publicação de aviso no Diário da República por extrato, na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) na íntegra, na plataforma eletrónica de Recrutamento do Município da Lourinhã, por extrato, a partir da data de publicação na BEP
Ponto 8 – Disposições finais
O júri deliberou ainda, por unanimidade, que a presente ata esteja disponível na área de Recursos Humanos a fim de ser
facultada aos candidatos que a solicitem e seja publicada na página eletrónica do Município
Nada mais havendo a tratar, o júri deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por todos os seus intervenientes.
O Júri,
Sara Margarida Santos Oliveira Ferreira
Ana Cristina Salgado dos Reis Gomes
Maria Helena Guimarães da Fonseca